

# Armas e Equipamentos de Guerra Portugueses no Oriente nas Primeiras Décadas de Quinhentos

VITOR LUÍS GASPAS RODRIGUES\*



A rápida afirmação militar dos Portugueses nos mares orientais em princípios de Quinhentos tem sido explicada pela generalidade dos historiadores, na esteira de Carlo M. Cipolla, com base na enorme superioridade patenteadas pelos seus “canhões e velas”,<sup>1</sup> sobretudo daqueles, em resultado do desenvolvimento do armamento pirobalístico ocorrido na Europa no último quartel de Quatrocentos. Essa verdadeira revolução da pólvora, que num primeiro momento se fez sentir sobretudo ao nível da guerra de assédio e das batalhas, passou igualmente para o domínio da guerra naval, a partir do momento em que os navios de alto bordo começaram a ser artilhados com peças grossas, acabando esse facto por ser decisivo para o rumo da expansão portuguesa no Índico.

O desenvolvimento da artilharia naval em Portugal resultou, em grande parte, da acção desenvolvida no reinado de D. João II, que não só procedeu à reformação das suas estruturas, mas também à do seu corpo de oficiais, tendo sido contratados bombardeiros e fundidores um pouco por toda a Europa.<sup>2</sup> O “Príncipe Perfeito”, ciente da necessidade de

dotar a marinha e as fortalezas portuguesas com um poder de fogo substancialmente maior, não só promoveu a aquisição de um grande número de peças de artilharia no estrangeiro, como impulsionou a construção de novas

terrenas, onde passaram a ser fundidos os canhões e demais armamento de acordo com a mais avançada tecnologia da época.<sup>3</sup> Por sua iniciativa se começou também a fabricar em Portugal artilharia de bronze, material que, dada a sua maior resistência, melhor conservação e uma maior rapidez na confecção das peças, possibilitou um enorme avanço técnico e tático da arma.<sup>4</sup> Por outro lado, e como refere Garcia de Resende, o monarca ordenou ainda que se procedesse a um conjunto de experiências com o intuito de instalar artilharia em caravelas, o mesmo acontecendo com outros navios de alto bordo, a que ordenou “muitas bombardas grossas e outras artilharias, que foi muito falado em muitas partes”,<sup>5</sup> facto que muito contribuiu para transformar esses navios em poderosas e temidas máquinas de guerra.<sup>6</sup>

Os Portugueses possuíam assim, em finais de Quatrocentos, os meios humanos e materiais para se lançarem à conquista de um novo espaço, o Índico, onde os seus poderosos e bem artilhados navios de alto bordo, dotados de tripulações experientes e habituadas a confrontarem-se com os perigos do oceano Atlântico, se viriam a defrontar com as numerosas, mas frágeis e impreparadas, armadas malabares. Aliás, esse sucesso

\* Doutorado em História pela Universidade dos Açores. Investigador Auxiliar com Agregação do Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical (Lisboa).

*Ph.D. in History from the University of the Azores. Research Assistant at the Department of Human Sciences in the Instituto de Investigação Científica Tropical (Lisbon).*

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – I



Espingardeiros portugueses, armas, munições e outro equipamento militar num dos panos das “Tapeçarias de D. João de Castro”.  
Cortesia do Kunsthistorisches Museum, Viena.

## WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – I

assumiu ainda uma particular relevância, porquanto ocorreu num meio que lhes era desconhecido, a muitos milhares de quilómetros das suas bases, e envolveu um número relativamente reduzido de homens de armas e marinheiros.

Importa salientar, no entanto, que a superioridade dos seus navios e do seu poderoso parque de artilharia apenas se manifestou em toda a sua plenitude graças à adopção, nos mares orientais, de uma tática inovadora – o combate em coluna com recurso à artilharia – que substituiu a tradicional investida-abordagem.<sup>7</sup> Com efeito, logo em 1501, o Regimento da armada de Pedro Álvares Cabral determinava que, cruzando-se os seus navios com naus de Meca, as tomassem “nam jinvestjndo com ellas, podendo escussar, ssonmente com vossa artelharya as fazerdes amainar [...], porque nesta maneira se faça mais seguramente esta guerra”.<sup>8</sup> Introduzia-se, assim, no oceano Índico uma tática de combate naval revolucionária, que fazia depender a sorte das batalhas do compromisso entre a capacidade de manobra dos seus navios e o poder de fogo dos seus canhões.

Essa directiva, que presidiu em grande medida à estratégia de combate naval dos portugueses nos mares orientais durante a primeira década do século XVI, e mesmo para além dela, se, por um lado, atesta os receios dos responsáveis da Coroa em defrontar um inimigo dotado de um número incomensuravelmente superior de homens de armas e navios, por outro, demonstra que as autoridades de Lisboa tinham já uma noção bastante aproximada da mais-valia que representava possuírem navios fortes e relativamente manobráveis em mar aberto e dotados com um parque de artilharia de qualidade, manejado por hábeis bombardeiros. Aliás, a extraordinária robustez desses navios e o poder destrutivo das suas peças ficou bem patente durante os bombardeamentos a que de imediato submeteram Calecute, em especial a armada de Vasco da Gama, que, em 1502, disparou mais de 300 tiros de bombardas grossas numa só manhã, para além de muitos outros disparos de artilharia miúda.<sup>9</sup>

As naus da armada da Índia e os galeões, que surgem na Índia em 1518 e rapidamente aumentam de número dado o seu sucesso como navios de guerra, vão começar a ordenar um número cada vez maior de peças grossas – as da Carreira da Índia estavam equipadas, em regra, com cerca de dez –, podendo os galeões de 200 tonéis chegar mesmo a equipar 30,<sup>10</sup> a que se

somava um número significativamente maior de peças de médio calibre e espingardas (arcabuzes). Para além disso, estes navios de alto bordo possuíam também, a partir de 1527 pelo menos, “as portinholas abertas e bombardas calhadas”, o que contribuía para aumentar a sua cadência de fogo e precisão de tiro.<sup>11</sup>

A armada portuguesa estacionada no Índico integrava ainda caravelas latinas e redondas, sendo que estas eram um dos navios de alto bordo mais utilizados no Índico durante o período em apreço. Embora de menor arqueação – tinham até 180 tonéis –, as caravelas redondas ordenavam também algumas bombardas grossas, para além de outra artilharia, o que, conjugado com a sua extraordinária capacidade de manobra e um casco resistente aos projecteis adversários, as transformava em excelentes navios de guerra, sobretudo para a guerra naval praticada mais próximo da costa ou nas enseadas dos rios,<sup>12</sup> o principal teatro de operações das armadas orientais depois de constatada pelos soberanos locais a superioridade militar das frotas portuguesas em alto mar.

Paralelamente, as forças manuelinas começaram, a partir de 1505, e em virtude dos condicionalismos físicos do Índico – marcado por zonas onde o mar era geralmente chão, o vento fraco e entrecortado por períodos de calmaria, e a costa cheia de barras difíceis e pouco profundas onde os pequenos navios orientais se refugiavam –,<sup>13</sup> a utilizar navios de remos, sendo os primeiros, uma galé e um bergantim, trazidos do reino desmontados no porão das naus. Esta tendência para a formação de armadas mistas, de que D. Francisco de Almeida era um adepto incondicional,<sup>14</sup> viria a acentuar-se durante a governação de Afonso de Albuquerque que, pretendendo senhorear a navegação do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, mandou construir na Índia várias galés, navios melhor adaptados aos condicionalismos físicos e geográficos desses mares.<sup>15</sup> Esses navios,

cuja configuração e presença de um grande número de bancos de remeiros diminuía drasticamente o número de peças de artilharia a bordo (sobretudo as de maior calibre, em virtude de não terem área útil para os canhões e o seu recuo), ordenavam



## ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – I

à proa entre 5 e 7 peças, dispostas em pirâmide e com a bombarda maior no enfiamento da coxia. Casos houve, no entanto, como o da galé *Santo Espírito*, que jogava à proa com 7 peças grossas, ou o da galé bastarda, mandada construir por D. Henrique de Menezes em 1525, que ordenava 13 peças de grande calibre, para além de 12 “falcões” e 40 “berços”, que, a exemplo de outras galés que se encontravam a operar noutros pontos do Império, se contavam entre as mais fortemente artilhadas do seu tempo.<sup>16</sup>

Em termos gerais, e tomando por base o rol de artilharia levado para a Índia em 1505,<sup>17</sup> a generalidade das peças eram fabricadas em ferro e bronze, numa proporção de relativa igualdade, registando-se mais tarde, em 1525,<sup>18</sup> um crescimento substancial destas últimas, com o seu número a cifrar-se em cerca de seis centenas e meia para uma existência de pouco mais de 1070 bocas de fogo, facto que atesta uma melhoria significativa da capacidade de fogo quer das armadas quer da sua artilharia de posição.

De acordo com aqueles dados é possível ainda atestar que desde cedo os portugueses faziam uma distinção clara não só entre a artilharia naval, destinada a andar embarcada nos navios, e a artilharia de posição, usada para guarnecer as fortalezas e formada por peças de muito grande calibre, como os “basiliscos”, os “dragões”, as “serpes” ou os “selvagens”, mas também com as peças de campanha, de que os 70 “cães” devidamente encarretados eram um

bom exemplo, uma vez que eram as peças mais usadas nos desembarques.<sup>19</sup>

Relativamente à artilharia naval, as peças mais utilizadas tenderam a circunscrever-se, ao longo dos primeiros anos, a três ou quatro tipos, a saber, as bombardas grossas, os “falcões” e os “berços”, para além das espingardas, ou seja, como refere Virgílio Pissarra, a “um pequeno número de pedreiros de grosso calibre e um número assinalável de peças de retrocarga de médio e pequeno calibre. É uma ordenança ligeira, mas fácil de abastecer e de operar e perfeitamente suficiente para os mares orientais. [...] Mais tarde, com o surgimento de navios preparados para a guerra, o número de pedreiros grossos irá aumentar e surgirão a bordo os primeiros canhões, da ‘meia-espera’ ao singular e poderoso ‘leão’”.<sup>20</sup>

A excelente qualidade da artilharia portuguesa, dotada de um número cada vez maior de peças de bronze, e o desempenho superior dos seus bombardeiros, aliados à capacidade de manobra dos seus navios permitia-lhes assim que, depois de colocados a barlavento, não só evitassem a aproximação das tão frágeis quão numerosas frotas inimigas, mas também que as destruíssem a tiros de canhão, uma vez que as possibilidades de fuga daquelas eram, em geral, muito reduzidas por se encontrarem contra o vento.

Todavia, para que tal se verificasse era imperioso que as armadas possuíssem um poder de fogo que lhes permitisse contrabalançar a enorme supremacia numérica das forças contrárias – tanto em homens como em navios – e minimizar os inconvenientes decorrentes de uma logística difícil, o que levou os responsáveis portugueses a idealizar algumas soluções técnicas que, como os célebres “cartuchos”,<sup>21</sup> não só permitiram aumentar a cadência de tiro, mas também a potência das peças, dois elementos decisivos para manter à distância as numerosas esquadras inimigas.

A capacidade inventiva e de adaptação dos portugueses no Oriente, bem patente em muitos dos episódios ocorridos ao longo desta fase de afirmação do “Estado da Índia”, revelar-se-ia em todo o seu esplendor em 1512, por altura do ataque naval perpetrado pelas forças de Albuquerque à poderosa fortaleza de Benastarim, situada na ilha do Tissuary



## WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – I



Elefantes puxando catapultas. Pormenor de um dos panos das “Tapeçarias de D. João de Castro”.  
Cortesia do Kunsthistorisches Museum, Viena.

(Goa). Nesse momento, porque os seus homens temessem os efeitos das panelas de pólvora<sup>22</sup> e outros artifícios de fogo que os inimigos poderiam lançar do alto baluarte que pretendiam atacar, guindaram no seu navio, previamente aparelhado “com arrombadas de tabuado muito grosso e bolas de caio e pipas por fora das amuradas, que parecia mais monstro do que nau”, um batel “toldado de couros crus para amparar os que ali iam dentro”.<sup>23</sup> Em outros casos foram construídas arrombadas muito fortes até ao meio dos mastros, tendo os navios sido “cobertos de tabuado por cima de longo a largo, armado sobre antenas à maneira de cumieira de casa baixa, para que a gente pudesse trabalhar debaixo sem receber dano”.<sup>24</sup>

O apavesamento dos navios com grandes escudos de madeira ou com grandes sacos de algodão era outra das técnicas utilizadas pelos portugueses na

generalidade dos seus navios de guerra e destinava-se a proteger sobretudo os artilheiros e a tripulação, porquanto, sobretudo nos primeiros anos, era norma que os soldados se resguardassem sob o convés dos navios, não só para que aqueles pudessem trabalhar mais livremente, mas também para evitar o efeito destruidor das setas dos arqueiros orientais. Com efeito, durante uma parte significativa da refrega, no tombadilho permaneciam apenas os artilheiros necessários ao municionamento da artilharia e os atiradores, sobretudo os que operavam os “berços”, que podiam ser montados em pivôs em qualquer parte do navio, mesmo tratando-se de embarcações de menores dimensões que, como as fustas, passaram a ser muito utilizadas no Índico a partir sobretudo da década de 1520. Com o aumento entretanto registado do número de pequenos navios – fustas, paraus, catures e bergantins –, bem patente

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – I



Pano das "Tapeçarias de D. João de Castro", representando a triunfal entrada deste (sob o pálio) na cidade de Goa em 22 de Abril de 1547. Cortesia do Kunsthistorisches Museum, Viena.

## WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – I



na relação dos navios que serviam na Índia em 1521,<sup>25</sup> verificar-se-á um crescimento do número de “berços” e “falcões”, já que se tratavam das peças ordenadas por aquele tipo de navios, fundamentais para combater a “guerra de esteiro” que, entretanto, havia sido posta em prática ao longo da costa ocidental indiana pelos soberanos orientais.<sup>26</sup>

No domínio da guerra de assédio, os portugueses, em resultado da experiência adquirida no norte de África, estavam familiarizados com a generalidade das táticas de ataque e defesa das fortalezas – como, por exemplo, a escalada e a minagem ou contra-minagem das suas muralhas –, tendo utilizado desde muito cedo castelos de madeira nas suas expedições. A necessidade de proceder à ocupação de um grande número de lugares distando entre si vários milhares de quilómetros levou-os a utilizar no Oriente um sistema ofensivo/defensivo baseado no uso de tranqueiras e castelos de madeira<sup>27</sup> que, dada a facilidade e rapidez da sua construção, e bem assim a eficácia defensiva demonstrada, foi responsável em grande medida por alguns dos sucessos alcançados.

Essas construções, que começaram a ir prontas do Reino a partir de 1506,<sup>28</sup> adaptavam-se perfeitamente à tática utilizada pelos portugueses na maior parte dos combates em terra travados no Oriente. Com efeito, efectuado o desembarque súbito dos homens de armas, seguiam-se assaltos militares extremamente violentos e rápidos sobre as forças contrárias, após o que se processava a edificação dessas estruturas, destinadas a prevenir eventuais contra-ataques dos sitiados enquanto decorria, se fosse caso disso, a construção da fortaleza em materiais menos perecíveis.<sup>29</sup> A sua importância está atestada em algumas missivas de Albuquerque a D. Manuel, onde não só pede que lhe seja enviado um castelo de madeira para 50 ou 60 homens, “porque he cousa muito necesarea pera logo segurar qualquer cousa de que quizerdes que lancemos mão”, mas em que também se lamenta por não ter podido dispor de uma por altura do ataque a Ádem, onde “se o tiveramos [...] sem contradição fôra nossa, porque armaramolo castelo na água de rubaça [...] e segura a água, sem contradiçam tinhamos Ádem nas mãos”.<sup>30</sup>

Noutros casos eram utilizadas apenas simples paliçadas ou tranqueiras, destinadas a suportar os contra-ataques inimigos até que se procedesse ao

## ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – I

levantamento de uma construção mais forte. As tranqueiras serviam ainda, como sucedeu, em 1512, por altura do cerco a Benastarim, para defender o arraial português de uma eventual surtida das forças do Adil Khân, manobra tática em que os muçulmanos eram exímios.<sup>31</sup> Para além disso, eram utilizadas também para defender panos de muralha derrubados ou em vias de desmoronamento, sendo então usual colocar no terreno envolvente pequenos “abrolhos de ferro”, que dificultavam a progressão dos inimigos cravando-se-lhes nos membros inferiores.<sup>32</sup>

Nos ataques à praças inimigas, para além das tradicionais escadas, utilizavam ainda torres forradas a couro cru molhado (chegaram mesmo a construir algumas sobre plataformas flutuantes, como sucedeu em Benastarim, para acederem ao topo dos baluartes mais elevados), “mantas” (destinadas a protegerem os soldados na sua progressão em direcção à base das muralhas), “bancos pinchados” guarnecidos com manteletes para a protecção das peças de artilharia, e bem assim vaivéns e outras armas e ferramentas destinadas ao assalto às portas e muros das praças.

Passando agora a analisar o armamento pessoal utilizado pelos diferentes corpos militares que constituíam o exército português estacionado no Oriente, a saber, os homens de armas, atiradores, bombardeiros e marinheiros, importa referir que se trata de um domínio da tecnologia militar que teve também uma importância significativa para a afirmação do “Estado da Índia” como principal potência militar naval no Índico e mares do Sul.

A exemplo do ocorrido com a artilharia, também neste capítulo se verificou desde muito cedo uma enorme diferença de potencial entre as armas pessoais dos portugueses (defensivas e ofensivas) e aquelas de que dispunham os diferentes reinos que na África Oriental, no Malabar ou na própria Insulíndia se lhes opuseram. Com efeito, se atentarmos nos diversos relatos dos cronistas em que surgem descrições do seu armamento, facilmente nos apercebemos não só da ineficácia das suas armas defensivas, mas também do menor poder destrutivo das suas flechas, lanças ou outros projecteis de arremesso, sobretudo quando comparadas com a capacidade de intimidação e destruição das espingardas e painéis de pólvora manuseadas pelos homens de armas portugueses.

João de Barros e Gaspar Correia, reportando-se à costa oriental africana, afirmam que as populações

negras da costa combatiam com armamento bastante rudimentar, sobretudo arcos, fundas<sup>33</sup> e “paus tostados”, e com os corpos nus, o que também sucedia com os muçulmanos, sofrendo por isso maiores danos físicos no decorrer das refregas.<sup>34</sup> No Malabar, onde o armamento dos guerreiros hindus era constituído por arcos grandes e flechas, espadas curvas (usadas para ferir de golpe e não para perfurar, o que fazia com que fossem mais pequenas do que as portuguesas) e zagunchos,<sup>35</sup> a peonagem possuía para sua defesa apenas uns pequenos escudos, em madeira ou em vime trançado, que de pouco serviam para os defender, já que também eles combatiam “nús, somente com uns panos com que se muito apertam abaixo do embigo”.<sup>36</sup>

Essa pecha, que, como refere Fernão Lopes de Castanheda, afectava igualmente a poderosa e numerosíssima infantaria do império hindu de Vijayanagar,<sup>37</sup> era responsável então pelo grande número de baixas sofridas durante as sucessivas batalhas travadas contra os exércitos dos reinos muçulmanos do Decão que haviam resultado da fragmentação do império Bahmanida.<sup>38</sup> Quanto aos soldados muçulmanos, embora lutassem “armados de laudéis de panos de seda e de veludos de Meca de muitas cores, acolchoados com algodão, que são muito fortes para as suas pelejas”,<sup>39</sup> essas peças revelavam-se, quando em confronto com os homens de armas portugueses, pouco eficazes, dada a capacidade perforante dos projecteis disparados pelas suas bestas<sup>40</sup> e espingardas.

Na Insulíndia a situação não era muito diferente, utilizando os soldados locais, para além do armamento já referido, zarabatanas<sup>41</sup> (que lançavam as tão temidas “frechinhas com peçonha”), azagaias de arremesso,<sup>42</sup> lanças de canas compridas e mesmo alguns espingardões, os quais, no entanto, por serem de deficiente construção e fabricados em ferro, tinham um alcance muito reduzido. Para além disso, e a exemplo do que também sucedia na Índia, essas deficiências eram agravadas ainda pela incapacidade dos seus atiradores que, tal como os fundidores e artilheiros, não possuíam ainda grande experiência no manuseamento de armamento pirobalístico,<sup>43</sup> o que os levava a não fazerem uso de todas as potencialidades desse tipo de armas, ao contrário dos portugueses, que tinham corpos especializados para o efeito. Quanto ao armamento defensivo utilizado na Insulíndia, Gaspar Correia afirma que era gente que combatia com os corpos desarmados, o que muito contribuía

## WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – I



Assalto português a Adém, 1513. In Gaspar Correia, *Lendas da Índia* (primeira metade do século xvi).

para a sua inferioridade quando em confronto com os homens de armas portugueses.<sup>44</sup> Em qualquer dos casos, no entanto, a diferença de potencial humano entre portugueses e asiáticos contribuía, no caso dos combates terrestres, para inverter a correlação de forças entre os contendores.

Do exposto se percebe que a soldadesca manuelina estava, relativamente aos seus oponentes, numa posição vantajosa porque, ao contrário daqueles, combatia com armaduras que, em muitos casos, lhes cobriam todo o corpo, tornando-os praticamente invulneráveis aos projecteis dos adversários, sobretudo nos primeiros anos, em que a utilização de armamento pirobalístico pelas forças orientais era não só reduzida, mas também de fraca qualidade, tanto em termos de precisão como de potência. De entre os vários casos narrados pelos cronistas, que comprovam que muitos dos fidalgos combatiam com armaduras completas, destacamos a peleja travada entre as forças capitaneadas por D. Lourenço de Almeida e as tropas do Samorim em Panane. Nesse combate, ocorrido em 1507, o

capitão português matou a golpes de alabarda<sup>45</sup> uma série de soldados inimigos, sem que aqueles tivessem podido feri-lo, porquanto apenas “trabalhavam polo ferir nos calcanhares, porque outra coisa não tinha descoberta, porque andava armado todo até os pés d’armas brancas douradas per partes, e os zagunchos lhe atiravam com eles à viseira do elmo, em que nada lhe empecião, porque como tocavão nele com as espadas, que erão de ferro morto, quebravão ou ficavam tortas”.<sup>46</sup>

Por outro lado, sabemos também que a generalidade dos homens de armas portugueses utilizavam capacetes ou “armaduras de cabeça”, cossolotes,<sup>47</sup> barbotes<sup>48</sup> e manoplas, recusando-se, no entanto, muitos deles a usar peitos, espaldeiras<sup>49</sup> e celadas,<sup>50</sup> por razões que se prendiam não só com a necessidade de maior mobilidade, mas também por questões económicas, dado o enorme dispêndio que implicava a aquisição e manutenção de todo esse armamento. Na verdade as despesas com o armamento pessoal corriam, à excepção dos primeiros

## ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – I

anos, por conta dos homens de armas, sendo-lhes descontadas muitas vezes dos soldos em atraso, facto que contribuía, por vezes, para a utilização em combate de armamento inadequado e de deficiente qualidade. Para além disso, o incómodo provocado pelo excessivo calor e humidade, sobretudo na monção, levava muitos soldados a combater sem armamento defensivo, ou a despojar-se dele durante as refregas, daí resultando, como o comprovam as crónicas e os relatos dos principais combates e batalhas navais, uma maior incidência de ferimentos provocados por setas, dardos, lanças ou outras armas de arremesso, em zonas precisas do corpo, tais como a cara, o pescoço ou os membros, que normalmente se encontravam mais desprotegidas.

Aliás, importa referir, neste particular, que a necessidade de contornar os efeitos nefastos de um clima a que não estavam de forma alguma habituados, e que o uso do armamento defensivo agravava, esteve na base de a grande maioria dos ataques lançados pelos portugueses se iniciarem às primeiras horas da manhã, de forma a poderem estar concluídos antes da força do calor, o que, quando não acontecia, representava para os soldados portugueses uma dura provação. A título de exemplo basta referir os difíceis trabalhos a que foram sujeitas as tropas de Albuquerque que, no ataque a Malaca, haviam conseguido estabelecer uma testa de ponte junto à ribeira da cidade, mas que aí ficaram retidos graças às fortes investidas das forças do sultão. Na verdade, só um estratagema urdido pelo governador, que consistiu em colocar um toldo com uma vela para cobrir os seus homens, impediu que esses soldados, equipados com armaduras e couraças,<sup>51</sup> e impedidos de as tirarem em virtude dos sucessivos ataques lançados a partir da cidade, sucumbissem aos efeitos de um sol abrasador e se mantivessem nas tranqueiras até à chegada dos reforços enviados dos navios estacionados ao largo.<sup>52</sup>

A utilização de armaduras ou mesmo de cotas de malha<sup>53</sup> pelos soldados portugueses, e bem assim o uso de adargas<sup>54</sup> de dimensões consideráveis (os paveses<sup>55</sup> eram utilizados sobretudo a bordo dos navios, ou nas tranqueiras, para protegerem os soldados e os artilheiros dos projecteis inimigos, em especial das flechas), pese embora as muitas vantagens que lhes conferiam quando em confronto com as forças orientais, revestiam-se, no entanto, de alguns inconvenientes, sobretudo nas surtidas efectuadas em terra. Com efeito, em virtude

do seu peso, tornava-se bastante difícil para os soldados a progressão em certo tipo de terrenos, sobretudo nas zonas alagadiças e arenosas, ou de floresta, onde se tornavam presa fácil dos rápidos e ágeis soldados orientais que, praticamente desprovidos de armamento defensivo, buscavam o interior dos palmares ou das florestas para se esconderem e daí lançarem os seus contra-ataques.

Foi, aliás, o que sucedeu em Janeiro de 1510, no mal sucedido ataque a Calecute, em que os soldados portugueses, vergados ao peso das armas e das armaduras, e não querendo abandonar o produto do saque que se seguira à primeira investida, se viram impossibilitados de atingir os botes que os colocariam a salvo, acabando por perecer na praia sob os golpes infinitos da multidão adversária.<sup>56</sup> Anos mais tarde, em Dabul, porque alguns fidalgos se encontrassem a combater com arneses<sup>57</sup> e a maré tivesse atingido a praia-mar, tiveram de ser transportados aos ombros dos soldados e colocados nos botes debaixo de uma chuva de flechas, o que só a muito custo e com algum derramamento de sangue foi conseguido.<sup>58</sup>

Como quer que fosse, importa reter que as vantagens se sobrepunham claramente aos inconvenientes, não sendo por acaso que o número de baixas dos soldados adversários era, em termos percentuais, muito superior ao dos portugueses na grande maioria dos confrontos.

Importa reter, no entanto, que à medida que o conflito foi alastrando e o número de soldados aumentou, o “Estado da Índia” começou a deparar com dificuldades crescentes para dotar os seus soldados com o armamento necessário, uma vez que este era não só bastante dispendioso, dada a sua importação do Reino e de alguns centros produtores europeus, mas também bastante escasso, na medida em que as diferentes peças se deterioravam muito rapidamente, sobretudo por causa do calor e da humidade. Assim sendo, por sugestão do vice-rei D. Francisco de Almeida, emitida em finais de 1505, cada indivíduo que passasse à Índia devia, no momento do embarque, possuir armamento próprio, o que passou a verificar-se, recebendo aqueles para o efeito um avanço sobre o seu próprio soldo.<sup>59</sup> Procurava-se, assim, que os soldados que chegassem ao Oriente fossem portadores de algum armamento pessoal, por forma a evitar que se embarcassem nas armadas da Índia sem armas, o que, como é sabido, viria a ocorrer mais tarde.<sup>60</sup> Ainda assim, a medida parece não ter surtido

## WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – I

completamente o efeito desejado, na medida em que temos notícia de que em 1507, por haver grande falta de armas, sobretudo entre a gente do mar, “mandou o vice-rei fazer pelos oficiais da terra, que o sabião fazer, muitos laudéis acolchoados de algodão, e armaduras para cabeças, e braçoes muito fortes, da feição que os malabares trazião na guerra [...] e em tanta perfeição de bons os fizeram, que muitos homens fizeram destas armas para si”.<sup>61</sup>

Com o início da governação de Albuquerque e a adopção de uma política de forte pendor belicista vão avolumar-se os pedidos de envio de armamento para as fortalezas e para as armadas, em especial de bestas, espadas, lanças, alabardas, partazanas<sup>62</sup> e piques,<sup>63</sup> destinando-se estes a equipar sobretudo as companhias de ordenança que o governador, contra o parecer da generalidade da fidalguia, procurava implantar na Índia.<sup>64</sup> Quanto ao armamento defensivo, “o Terribil” solicitava o envio de adargas, paveses, biscainhos e couraças, afirmando repetidas vezes que estas eram, claramente, as armas mais pretendidas pelos soldados, que as recebiam por conta dos seus soldos. Aliás, a sua aceitação por parte daqueles era de tal forma entusiástica, em virtude não só da maior mobilidade que lhes facultavam em combate mas também da sua eficácia defensiva, que Albuquerque chegou a solicitar ao rei o envio de muita cravação e couros, dado que na Índia existiam couraceiros de grande qualidade, capazes de as fabricarem localmente.<sup>65</sup> Pelo contrário, como ele próprio afirmava, as armas brancas de corpo não as devia o monarca mandar, “porque são mais trabalhosas de manter que um cavalo de cuberta; e perdem-se todas; as couraças são muito boas para cá, nom ham mester escamel<sup>66</sup> nem corregimento nenhum, salvante se se danificam os couros pelo tempo”.<sup>67</sup>

Essa seria também a razão invocada mais tarde, em 1527, por Lopo Vaz de Sampaio, para solicitar ao rei que não fossem enviadas mais “bestas” para a Índia, porquanto não serviam para nada, uma vez que empenavam e eram de difícil manutenção, o mesmo sucedendo com os “peitos de metal”. Pelo contrário deviam ser enviadas para ali muitas espingardas, “muyto boas porque estas sam as armasue que vos qua mais servem e mais provito fazem”. Terminava pedindo que as lanças enviadas fossem mais compridas “porque nos tem os mouros niso avantaje”.<sup>68</sup>

Em relação ao armamento pirobalístico, importa referir que não encontramos qualquer referência

à existência de espingardas antes de 1503, sendo que as primeiras de que temos conhecimento nos surgem referenciadas no rol de armamento deixado por Francisco e Afonso de Albuquerque na recém-construída fortaleza de Cochim. Na verdade, como refere Jean Aubin, à data da partida daqueles para o Reino, a praça dispunha de 17 peças de artilharia de grande e pequeno calibre, capacetes e armaduras, 6 tonéis de pólvora, trezentas lanças, 60 grandes piques da Flandres, 4 arcos com flechas, 18 bestas e 15 espingardas, destinadas a suprir as necessidades de uma guarnição que rondaria os 100 homens.<sup>69</sup> Do exposto se percebe a superioridade dos besteiros relativamente aos espingardeiros no seio da organização militar.

Importa referir, no entanto, que durante a governação de Afonso de Albuquerque se assistiu a um claro reforço do número de espingardeiros no seio das suas forças, em especial no interior das companhias de ordenança, cujos elementos eram obrigados a participar nos alardos e treinos dominicais, em que praticavam tiro à barreira e se adestravam na arte da guerra. Para além disso, o governador promoveu igualmente o desenvolvimento do fabrico de espingardas em Goa, para o que contratou mestres de espingardas e ferreiros que, como ele próprio afirmava ao monarca em 1513, faziam tão boas espingardas como as da Boémia “e assi lavradas com perafuso”.<sup>70</sup>

Cientes das vantagens que esse armamento lhes proporcionava na luta contra exércitos bem mais numerosos, mas muito pior apetrechados, sobretudo em termos de armamento pirobalístico, “o Terribil” e os seus sucessores, em especial Lopo Vaz de Sampaio, tudo fizeram, neste como em outros domínios da arte da guerra, para que a diferença de potencial tecnológico que separava as forças portuguesas dos seus opositores asiáticos se mantivesse, contribuindo assim para a rápida e decisiva afirmação do “Estado da Índia” como principal potência militar-naval do Índico no início de Quinhentos.

Do que acabamos de apresentar se pode portanto concluir que todo esse processo de afirmação militar dos portugueses no Oriente resultou de uma multiplicidade de factores, tendo os “canhões e velas” representado um papel de decisiva importância, mas que tem, naturalmente, de ser enquadrado no contexto mais vasto da aparelhagem técnico-táctica e tecnológica das forças militares portuguesas ali estacionadas. **RC**

## ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – I

## NOTAS

- 1 Cf. Carlo M. Cipolla, *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa, Gradiva, 1989 [1.ª ed. 1965].
- 2 Ao longo dos reinados de D. João II e D. Manuel várias foram as cartas de privilégio passadas aos bombardeiros nacionais e estrangeiros (como o atestam as concessões de 3 de Dezembro de 1492 e a de 29 de Março de 1506, logo seguida de outra em 15 de Julho do ano seguinte) com o objectivo de assegurarem a sua fidelidade e dedicação ao projecto expansionista português.
- 3 D. João II ordenou, em 1488, a construção de tercenas em Pinhel e Pombal, onde eram produzidas e guardadas bocas de fogo, pólvora e os demais artefactos necessários à sua confecção, a que se seguiu, já no reinado de D. Manuel a edificação de novos arsenais em Cata-que-farás e Ponta da Cruz, na margem sul do Tejo. Cf. Marino da Cunha S. Ferreira, “Notícias sobre a Artilharia Portuguesa”, in *Revista Militar*, 2.ª série, ano 58.º, Nov.-Dez. 1961, pp. 655-656.
- 4 Sobre a acção desenvolvida por D. João II em prol do desenvolvimento da artilharia em Portugal veja-se Nuno José Varella Rubim, “A artilharia em Portugal na segunda metade do século XV”, in *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses [CNCDP], 1994, pp. 17 e ss.
- 5 Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, cap. CXLVII e CLXXXI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda [IN-CM], 1973, pp. 214, 255 e 256. José Virgílio Pissarra, num excelente estudo que produziu sobre a armada da Índia, coloca sérias dúvidas à possibilidade de as caravelas ordenarem peças superiores a uma tonelada, dado o seu reduzido espaço a bordo. Cf. *A Armada da Índia. Cômputo, Tipologia e Funcionalidade das Armadas de Guerra Portuguesas do Oriente (1501-1510)*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, edição policopiada, 2001, p. 37.
- 6 Jerónimo Munzer refere ter visto no porto de Lisboa uma poderosa nau portuguesa, a *Rainha*, com 36 bombardas grossas e 180 bombardas de menor calibre, que levava a bordo 30 bombardeiros, todos eles alemães. Cf. *Itinerário do Doutor Jerónimo Munzer*, publ. por Basílio de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 23.
- 7 Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho, *A “Orientalização” das Armadas Portuguesas nos Mares da Ásia: Causas e Consequências (séc. XVI)*, lição elaborada no âmbito da prestação de provas de agregação, Lisboa, edição policopiada, 2007, pp. 4 e ss.
- 8 Cf. “Borrão original de algumas folhas das Instruções Régias (Regimento Real) dadas a Cabral para a sua viagem, c. Fev.º de 1500”, in IAN/TT, “Leis sem data”, maço I, n.º 21, publicado por Fontoura da Costa em *Os Sete Únicos Documentos de 1500 Conservados em Lisboa Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, p. 44.
- 9 Cf. Prospero Peragallo, *Viaggio di Matteo da Bergamo in India sulla flotta di Vasco da Gama (1502-1503)*, Roma, Società Geografica Italiana, 1902, p. 14.
- 10 Cf. *A Armada da Índia. Cômputo, Tipologia e Funcionalidade...*, cit., p. 26.
- 11 Veja-se o mandado de Afonso de Albuquerque a Lopo Álvares, almoxarife de Cananor, de 11 de Setembro de 1510, ordenando-lhe que entregasse 300 pelouros de “berço” e 5 pelouros de pedra para bombardas grossas ao capitão da caravela redonda que ali se encontrava. Cf. IAN/TT, “Corpo Cronológico”, II-23-123, in *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*, publicadas por Raymundo António de Bulhão Pato, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1884, Vol. IV, p. 297.
- 12 Os relatos de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda, entre outros, permitem aquilatar do extraordinário papel desempenhado pelas caravelas redondas na zona lagunar de Cochim, em 1503-04, onde, sob o comando de Duarte Pacheco Pereira, foram capazes de suster as sucessivas ofensivas dos exércitos do Samorim, impedindo a destruição do seu tradicional aliado, o rei de Cochim. Cf. *Lendas da Índia*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão Ed., 1975, pp. 439 a 459; e *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão Ed., 1979, Livro I, Cap. LXVI a LXX.
- 13 Cf. Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (1139-1521)*, Vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, p. 247.
- 14 O vice-rei, em carta ao monarca, de Jan./Fev. de 1506, mostrava-se um acérrimo defensor da utilização desse tipo de armadas, afirmando que com elas teria feito três vezes mais guerra. In IAN/TT, “Cartas dos Vice-Reis”, maço único, doc. 47, publicadas por J. Candeias da Silva, *O Fundador do Estado Português da Índia, D. Francisco de Almeida, 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP/IN-CM, 1996, p. 327.
- 15 Sobre o assunto veja-se a carta de Afonso de Albuquerque para D. Manuel, de 1 de Dezembro de 1513, in IAN/TT, “Corpo Cronológico”, I-14-2, publicado em *Cartas de Afonso de Albuquerque...*, Vol. I, p. 171.
- 16 Sobre o assunto veja-se José Virgílio Pissarra, *A Armada da Índia. Cômputo, Tipologia e Funcionalidade...*, cit., pp. 69 a 71.
- 17 Cf. “Artilharia que foy pera a Indea n’armada de Dom Francisco assy a que foy pera ficar la nas fortalezas como a que vay nas naos que ham de tornar de mercadarias”, in IAN/TT, “Cartas dos Vice-Reis”, n.º 158, publicadas em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, por A. da Silva Rego e T. W. Baxter, Vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos/National Archives of Rhodesia and Nyassaland, 1962, pp. 136-141.
- 18 Cf. “Lembrança d’algumas cousas que sam passada em Malaqua, e assy nas outras partes da Imdea”, publicado por Rodrigo José de Lima Felner em *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1868, pp. 10-20.
- 19 Para uma visão mais aprofundada das características dessas peças vejam-se, para além do trabalho já citado de Virgílio Pissarra, os estudos de Nuno Varella Rubim, *Artilharia Histórica Portuguesa Fabricada em Portugal*, Lisboa, Museu Militar de Lisboa, 1985; e de Henrique Pereira do Valle, “Nomenclatura das bocas de fogo portuguesas do século XVI”, in *Revista de Artilharia*, ano LVIII, Março-Abril de 1962.
- 20 Cf. José Virgílio Pissarra, *A Armada da Índia. Cômputo, Tipologia e Funcionalidade...*, cit., p. 120.
- 21 Gaspar Correia afirma que o grande número de navios muçulmanos afundados resultou do enorme potencial de fogo da armada portuguesa, cujos bombardeiros “tanta pressa davão a tornar a carregar, que carregavão as peças com saccos de pólvora, que trazião pera isso feitos da medida, que muy brevemente tornavam a carregar”. In *Lendas da Índia*, cit., Vol. I, p. 330.
- 22 Projecteis incendiários que consistiam num recipiente com pólvora e um pequeno rastilho, por vezes cheio também com metralha (pregos, aparas de metal, etc.) para provocar maiores danos entre a soldadesca inimiga. Acesa a mecha, a “panela de pólvora” era lançada sobre os adversários, dando-se então a explosão. Era uma das armas mais temidas à época no mar, não só pelos ferimentos que produzia, mas também pelos incêndios que provocava a bordo.
- 23 Cf. Castanheda, *História da Conquista...*, Livro III, Cap. XC, p. 711.
- 24 Cf. João de Barros, *Da Ásia de ..., dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento e conquista dos mares, e terras do Oriente*. Década II, Parte II, Livro VII, Cap. V, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973, p. 193.
- 25 Cf. “Roll das naos e navios que el rey tem na Imdia que mandou o vedor da Fazenda no deradeiro caravelam que veo a 11 dias de Maio

## WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – I

- 1522”, in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique...*, cit., Vol. VI, 1969, pp. 92-102.
- 26 Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, dissertação apresentada no IICT para prestação das Provas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar da Carreira de Investigação Científica, Lisboa, edição policopiada, 1999, Vol. I, pp. 170 e ss.
- 27 Sobre o assunto veja-se o trabalho de José Custódio Vieira da Silva, “A Arquitectura em madeira na Expansão Portuguesa”, publicado em *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, CNCDP, 1994, pp. 30 e ss.
- 28 João de Barros refere, a propósito da conquista da fortaleza de Socotorá, que D. Manuel, “como não estava certo que tal seria a fortaleza dos Mouros, ou per ventura de caminho naquella costa podiam tomar terra, para que lhe servisse este reparo, mandou que levasse huma fortaleza de madeira, que estava feita no armazém do tempo que elle houvera de passar em África”. In *Décadas*, II, Parte I, Livro I, Cap. I, p. 3. O monarca, em carta ao vice-rei de cerca de 6 de Abril de 1506, confirma-o, afirmando que metade dessa fortaleza se destinava a ficar em Socotorá, devendo a outra parte passar à Índia com a armada de Tristão da Cunha “pera o fazimento desta fortelleza [Malaca], [...] e porque nom he ynteyra, o que ficar por carrar se çarrara com booa cava e todo outro reparo como vos bem sabeis”. In IAN/TT, “Leis sem Data”, m. 1, doc. 22, publ. por Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente - Insulíndia*, Vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1954, pp. 3 e ss.
- 29 Este procedimento, seguido na generalidade dos casos, estava previsto já no “Regimento de Capitão-mor D. Francisco de Almeida”, de 5 de Março de 1505, publicado em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, por A. da Silva Rego e T. W. Baxter, Vol. I, cit., p. 269, onde, a propósito da construção da fortaleza de Sofala, é aconselhado a fazer “cava ou reparo de madeira de sorte que com isso se possa lavar seguramente na dita fortaleza e sofrer qualquer cousa que sobreviesse”.
- 30 Cf. cartas de Albuquerque ao rei, de 30 de Setembro de 1512 e 1 de Dezembro de 1513, publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque...*, cit., Vol. II, p. 82; e Vol. I, p. 171.
- 31 Sobre o assunto veja-se Castanheda, *História da Conquista...*, Livro III, Cap. XCII, p. 715.
- 32 Peças de metal, pontiagudas, que eram cravadas no chão, sendo por vezes ervadas com substâncias venenosas, e que se destinavam a ferir os soldados contrários durante as suas investidas aos muros das fortalezas.
- 33 Tira de couro ou corda para arremesso de pedras.
- 34 Cf. João de Barros, *Da Ásia*, Década I, Livro X, Cap. III, p. 400; e Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. I, p. 574.
- 35 Arma de arremesso semelhante ao dardo, apresentando no Malabar um comprimento de cerca de metade das lanças portuguesas.
- 36 In Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. I, p. 170.
- 37 Grande império hindu que se estendia ao longo de uma vasta área compreendida entre o rio Kistna a Norte e o cabo Comorim a Sul. Também designado nas fontes portuguesas como reino de Bisnaga ou de Narsinga, a sua capital foi conquistada e arrasada em 1565 por uma coligação de vários sultanatos do Decão.
- 38 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento...*, cit., Livro II, Cap. XVI, p. 249.
- 39 In Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. I, pp. 354-355.
- 40 Arma portátil, composta de arco, corda e cabo, com a qual se arremessavam setas curtas, virotos, pelouros, etc.
- 41 Tubo comprido para aremessar setas soprando.
- 42 Lança curta.
- 43 Armamento de fogo.
- 44 Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. II, p. 383.
- 45 Arma composta por uma haste comprida, com uma lâmina larga em forma de machado, equilibrada por uma farpa e encimada por um espigão penetrante.
- 46 In Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. I, p. 725.
- 47 Armadura leve para o peito. O mesmo que corsete ou cosselete.
- 48 Protecções para a zona do queixo.
- 49 Peça destinada à protecção das omoplatas.
- 50 Capacete com viseira que protegia praticamente toda a cabeça.
- 51 Peça destinada a proteger o tronco dos soldados. Era fabricada em couro, levando no seu interior um forro constituído por telas de estopa com lâminas de ferro cravadas e colocadas lado-a-lado, por forma a impedirem a penetração dos projectéis ou das armas inimigas.
- 52 Cf. João de Barros, *Da Ásia*, Década II, Livro VI, Cap. V, p. 79.
- 53 João de Barros relata a morte de Rui de Araújo, ocorrida durante um desembarque na península malaia, em 1511, por se haver prendido a sua cota de malha num tolete do remo, “com que foi retido para sempre, pois neste desempear veio huma lança de arremesso que o matou”. In *Da Ásia*, Década II, Livro IX, Cap. II.
- 54 Escudo de forma oval fabricado no reino com pele. Na Índia o termo applicava-se também aos escudos de madeira e aos de vime trançado.
- 55 Escudo canelado e de grandes dimensões.
- 56 Cf. *Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*, ed. por Luís de Albuquerque, Lisboa, IN-CM, 1986, p. 360.
- 57 Armaduras completas, formadas por algumas dezenas de peças metálicas independentes, destinadas a proteger todo o corpo.
- 58 Cf. Castanheda, *História do Descobrimento...*, cit., Livro V, Cap. V.
- 59 Cf. carta de D. Francisco de Almeida para o Rei, de 16 de Dezembro de 1505, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. XI, Lisboa, CEHU-JICU, 1975, pp. 40 e ss.
- 60 Essas directivas viriam a ser repetidamente impostas nos anos seguintes, como o comprova o traslado de uma carta régia, de 14 de Junho de 1510, que determinava que os homens de armas que passassem à Índia, para vencerem o seu soldo e “gozarem de tudo o que dito he”, teriam de levar “couraças, ou braceletes, ou peito, com suas espadas e armaduras da cabeça, de feiçam que se mais quiserem, espadas e adargas, ou, em lugar de adarga, besta”. In IAN/TT, “Corpo Cronológico”, I-8-68.
- 61 In Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. I, p. 780.
- 62 Alabarda aguda e larga usada pelas tropas de pé.
- 63 Espécie de lança muito longa, utilizada pelos peões para manterem os inimigos à distância.
- 64 Cf. carta de Albuquerque para o Rei, de 19 de Outubro de 1510, publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque...*, cit., Vol. I, p. 25.
- 65 Idem, *Ibidem*.
- 66 Banco de espadeiro, em que eram polidas as espadas.
- 67 In carta de Afonso de Albuquerque para D. Manuel, de 1 de Dezembro de 1513, publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque...*, cit., Vol. I, p. 171.
- 68 Cf. carta do governador ao rei, de 31 de Dezembro de 1527, in IAN/TT, “Gavetas”, XX-7-29, publicada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. X, Lisboa, CEHU-JICU, 1974, p. 663.
- 69 Cf. Jean Aubin, “L’Apprentissage de L’Inde. Cochín, 1503-1504”, in *Moyen Orient & Océan Indien XVIe-XIXes.*, n.º 4, Paris, Société d’Histoire de l’Orient, 1987, p. 57.
- 70 Cf. carta de 1 de Dezembro de 1513, publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque...*, cit., Vol. I, p. 174.